

## «O nosso trabalho ainda não começou»

CHEGOU há duas semanas a Moçambique, primeiro país africano que pisa nos seus 58 anos de vida. É brasileiro, comanda as forças multinacionais da Operação das Nações Unidas para Moçambique (Unomoz) e trabalha pela primeira vez para a ONU. Chama-se Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva, tem a patente de major-general e fala três línguas: português, inglês e castelhano.

Em entrevista ao EXPRESSO, em Maputo, o militar brasileiro manifesta-se «plenamente» optimista quanto ao desfecho do processo de transição em curso em Moçambique.

Defende, na mesma linha, que os ataques de atiradores furtivos ocorridos nas estradas são apenas «incidentes» e cuja resolução «compete à Polícia». EXPRESSO — Em sua opinião, o acordo geral de paz para Moçambique é realista ou utópico?

**LÉLIO GONÇALVES DA SILVA** — Considero o acordo bastante realista, apesar de alguns atrasos e de eu próprio só ter chegado há poucos dias a Moçambique. Já tive contactos com a direcção da Renamo, aqui em Maputo, e com o Governo. Concluí que ambas as partes estão seriamente empenhadas na busca da paz e a nossa actuação é de mera mediação, acordada pela Renamo, pelo Executivo moçambicano e pelas Nações Unidas.

EXP. — Pensa que o Acordo Geral de Paz está a ser respeitado por Maputo e pela Renamo?

L.G.S. — Acho que sim.

Temos uma Comissão de Cesar-Fogo (CCF) e essa comissão tem reuniões periódicas. Sempre que for reportada alguma ocorrência ou alguma queixa de qualquer das partes, esse problema é levado à CCF, composta por elementos da ONU, do Governo e da Renamo. Até agora não tivemos problemas de maior e todos os casos que nos foram comunicados têm encontrado solução no âmbito da CCF.

EXP. — Estarão, de facto, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama interessados em levar a bom termo o acordo que ambos assinaram a 4 de Outubro do ano passado?

L.G.S. — Acredito plenamente no empenhamento das duas partes. Nas conversas que tive com o Presidente Joaquim Chissano e com o secretário-geral da Renamo, Vicente Ululu, ambos me deixaram uma impressão absoluta de que estão empenhados no processo de paz.

EXP. — Há, internamente, vozes afirmando que «os capacetes azuis», que o senhor comanda, estão a fazer «turismo» em Moçambique, não tendo poderes efectivos para fazer face a qualquer eventualidade. Quer comentar?

L.G.S. — É preciso ver que fomos convidados pelo Governo de Moçambique e pela Renamo e não estamos aqui para impor nada. Viemos para cooperar na pacificação do país. Até agora, só temos no terreno — em todo o território — observadores militares desarmados, enquanto os ofici-

ais do Estado-Maior iniciaram já os preparativos para o começo da chegada dos militares armados. O nosso verdadeiro trabalho ainda não começou. Queremos, primeiro, concentrar as nossas forças nas respectivas posições. A partir daí é que, de facto, iniciaremos o trabalho que nos trouxe cá. Julgo que não se faz turismo no interior de Moçambique, como é o caso das matas de Nampula e da Zambézia.

### Competências diferenciadas

EXP. — Tomou conhecimento dos ataques lançados por atiradores furtivos ao longo das estradas?

L.G.S. — Trata-se de assaltos cuja resolução não é da nossa responsabilidade. Essa função compete à Polícia e julgo que ela tem capacidade suficiente para manter a ordem.

EXP. — Estes incidentes não serão o princípio do fim da paz em Moçambique, como aconteceu em Angola?

L.G.S. — Não acredito. Este tipo de incidentes ocorre em qualquer processo de paz, muitas vezes por iniciativa de militares de baixa patente. Mesmo nesses casos, quando os problemas são levados ao conhecimento dos oficiais superiores, são tomadas providências. Pôso assegurar aos moçambicanos que aqui não vai acontecer nada do que se passa em Angola, tudo será resolvido de comum acordo entre a ONU, a Renamo e o Governo.

### «Os incidentes vão desaparecer»

EXP. — Ao considerar como actos bandítescos, a resolver pela Polícia, os ataques nas estradas do país, a Unomoz não estará a me-

nosprezar uma situação perigosa, que pode ganhar corpo?

L.G.S. — Não. Se o problema existe da maneira como tem sido relatado nos jornais, é a Polícia que deve agir. Não se trata de uma acção nem da Renamo nem do Governo em violação dos acordos, razão pela qual nós estamos aqui. São actividades de grupos armados. Não me parece que essas acções venham a prejudicar o processo de paz.

EXP. — Já ouviu falar dos guerreiros «Naparamas» e dos guerrilheiros da UDEMO, de Gimo Phiri, que actuam no vale do Zambeze?

L.G.S. — Já vi alguns relatos em jornais a respeito desses grupos, mas também não creio que venham a constituir um problema sério, porque as duas partes que têm capacidade para fazer a paz em Moçambique são a Renamo e o Governo. Estou certo que esses incidentes com «Naparamas», a UDEMO e outros grupos desaparecerão logo que a Frelimo e a Renamo o desejarem e o processo de paz se inicie. Acredito plenamente que a missão da Unomoz vai ser um sucesso.

EXP. — Tem algum plano para se avistar com o líder da Renamo nos próximos dias?

L.G.S. — Essa decisão pertence a Afonso Dhlakama. Se fomos saudar o Presidente Chissano foi em resposta a um gesto de cortesia da parte dele. Podemos encontrar-nos com o líder da Renamo quando, como e onde ele quiser. Mas não vamos solicitar nenhuma audiência desse género. Temos as comissões com as quais trabalhamos e onde estão representantes do Governo e da Renamo.

Reinaldo Chilengue  
correspondente em  
Maputo